

VULNERABILIDADES PARA AS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM MULHERES RURAIS

Georgiane Silva Mota ¹
Daine Ferreira Brazil do Nascimento ²
Priscilla Nunes Porto ³
Carle Porcino ⁴
Jeane Freitas de Oliveira ⁵

INTRODUÇÃO

De acordo com o último Censo Demográfico, a população rural representa aproximadamente 16% da população brasileira (IBGE, 2010). O meio rural constitui um cenário marcado pela pobreza, invisibilidade e dificuldade de cobertura de políticas públicas e ações afirmativas. Nessa conjuntura, fatores sociais, culturais, demográficos e de gênero impactam diretamente em sua saúde. O contexto das mulheres rurais é marcado por expressões, identidades, vulnerabilidades e diferentes características que são atribuídas a trabalhadoras do campo e que produzem sua existência através da agricultura familiar, do cuidado doméstico e da educação dos filhos (SOUZA, 2016).

O conceito de vulnerabilidade é usado para designar a suscetibilidades das pessoas com relação a problemas que interferem nas condições individuais e coletivas e que repercutem no processo de enfrentamento das mesmas. Dentre estas condições, destacam-se as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e as variáveis sociodemográficas como elementos que contribuem para a essa vulnerabilização (BERTOLOZZI et al., 2009).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cada 340 milhões de pessoas no mundo, são acometidas por algum tipo de IST, a cada ano (WHO, 2007). De acordo com o Ministério da Saúde – MS, as IST's constituem ainda hoje um problema de saúde pública para o Brasil (BRASIL, 2015). Devido à sua dimensão e dificuldade de acesso ao tratamento adequado, a falta de acesso a serviços de saúde eficazes e seguros se conjecturam no aumento dessas infecções. O tratamento inadequado ou o não tratamento pode resultar em complicações diversas como a doença inflamatória pélvica (DIP), gravidez ectópica, infertilidade masculina e feminina, cânceres, abortos, prematuridade, natimortos, mortalidade neonatal e infecções congênitas (PINTO et al., 2018).

Dentre os diversos fatores e impactos que as ISTs apresentam enquanto problema de saúde pública, nas comunidades rurais, fatores como pobreza, baixa escolaridade, moradia precária, falta de acesso à informação, multiplicidade de parceiros e realização de sexo desprotegido são elementos que vulnerabilizam as mulheres frente as doenças (PINTO et al., 2014).

¹ Mestranda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia- UFBA, georgianemota@gmail.com;

² Mestranda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia - UFBA, daynefb.14@hotmail.com;

³ Doutoranda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia- UFBA, priscillaporto@outlook.com;

⁴ Doutoranda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia - UFBA, carle.porcino@outlook.com.

⁵ Doutora Prof^a do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia- UFBA, jeane.foliveira@outlook.com.

Trata-se de resultados preliminares de um teste de instrumento piloto de uma pesquisa quantitativa em andamento desenvolvida com mulheres da zona rural, que aborda questões de saúde sexual e reprodutiva e do uso de álcool e de substâncias psicoativas. A pesquisa acontece em uma Unidade de Saúde da Família (USF) de uma comunidade rural do município de Camaçari-Bahia, onde o cenário se configura como um ambiente de muitas dificuldades para os moradores e para os profissionais.

É importante conhecer as questões relacionadas ao comportamento sexual das mulheres que vivem em uma comunidade rural. Para tal, estabeleceu-se como questão de pesquisa: quais elementos contribuem para vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis em mulheres rurais? Buscando responder ao questionamento definiu-se como objetivo: identificar elementos que contribuem para vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis em mulheres rurais.

Compreender as situações vivenciadas nos cenários das comunidades rurais é de extrema relevância para dar continuidade às políticas públicas no Brasil, configurando a geração de avanços e consolidando o cuidado em rede para os moradores, além de, melhorar as condições de vida, de acesso e de saúde.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de resultados preliminares obtidos através de um teste de instrumento de um estudo transversal em andamento, em uma comunidade rural situada no município de Camaçari-Bahia, desenvolvido através de uma coleta preliminar que ocorreu no período entre abril e junho 2019, com o objetivo de testar o instrumento antes de iniciar a coleta dos dados referente a tese e dissertações de alunas de pós-graduação em Enfermagem.

Participaram do estudo mulheres que vivem na comunidade rural, com idade igual ou superior a 18 anos e que estavam cadastradas na Unidade de Saúde da Família da comunidade.

Para a coleta dos dados utilizou-se um formulário estruturado dividido em quatro blocos, a saber: características sociodemográficas; condições de saúde geral; saúde reprodutiva e sexual; indicadores sociais. Após explicar do que se trata a pesquisa para as participantes, as mesmas assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para em seguida iniciar com a aplicação do formulário. Como forma de manter o sigilo, cada entrevistada foi identificada por um número. A testagem foi realizada seguindo as normas que regulamentam a pesquisa em seres humanos dispostas na resolução nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFBA, sob parecer nº 3.268.895 (CAAE: 10352919.3.0000.5531).

Os dados coletados foram transcritos por digitação, no programa Excel® e os resultados serão apresentados em índices percentuais.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, inúmeras são as ações desenvolvidas para a prevenção e controle das IST. As estratégias recomendam o uso do preservativo em todas as relações sexuais, porém, essas abordagens que recomendam que o número de parceiros sexuais seja diminuído são poucos prováveis e praticáveis, e vai contra o respeito que cada indivíduo tem de escolha e decisão quando e com quem se relacionam sexualmente. Trazer elementos que discutam sobre as diversas formas e tipos sexuais voltadas para a prevenção, partindo das consequências que

podem ocorrer quanto a falta de informações, ao não uso do preservativo, são abordagens fundamentais quanto as diferentes vulnerabilidades e que seja essencial para que os envolvidos percebam quando estão susceptíveis às infecções para que eles busquem formas de se cuidarem (MARTINS et al., 2018).

Nas comunidades rurais quando comparadas as áreas urbanas, incontáveis são as diferenças relacionadas ao acesso aos serviços de saúde, seja pela sua distribuição geográfica, pela falta de informações, pelas limitações referentes aos níveis de escolaridades, diretamente no que tange a vulnerabilização às ISTs (SOUZA et al., 2016).

Nas comunidades rurais existe uma forte relação de poder relacionado a gênero, onde a constante exposição das relações desiguais são vivenciadas quando as mulheres tem seu direito de negociação do sexo seguro negado, potencializando as vulnerabilidades, dificultando o acesso a informações, deixando-as susceptíveis as ISTs (SILVA; PAIVA, 2006). Essa vulnerabilidade em relação as infecções, têm suas raízes construídas nas relações históricas de desigualdades entre os sexos, onde o lugar do homem é o espaço público, a rua e o trabalho e o da mulher se constitui no privado, em casa. Essas relações de gênero revela a mulher com um menor valor na sociedade e submissa ao parceiro, implicando na dependência financeira (OLIVEIRA, 2004). Essas relações trazem repercussões que impactam nas escolhas dos métodos contraceptivos para as mulheres rurais, no acesso restrito à informação ligado à submissão ao parceiro, tornando-as mais susceptíveis as infecções.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população total é de 2.500 mulheres, a coleta será com 334 e a amostra da testagem do instrumento constituiu-se de 20 participantes, com idade entre 18 e 28 anos, de raça/cor negra 90%, vivendo em união estável 50% e com ensino fundamental incompleto 40%. Possuíam renda mensal de até 1 salário mínimo 65% e dependiam parcialmente dos seus companheiros 45%.

De acordo com estudo realizado pela Unesco, no Brasil, 40% dos brasileiros têm idade entre 15 e 29 anos. Enfrentar as ISTs na população jovem tem sido um grande desafio visto que para que haja efetividade das ações de promoção e prevenção, faz-se necessário modificar o comportamento. Essa mudança é mais difícil entre os jovens, onde os mesmos acreditam na sua invulnerabilidade, deixando-os mais susceptíveis aos agravos.

A raça/cor é um elemento de discriminação e exclusão social, sobretudo quando associado a condição feminina e a baixa condição socioeconômica. A discriminação racial na vida das mulheres negras é constante e a sua inserção no mercado de trabalho é mais difícil. Essas desigualdades contribuem para a submissão da mulher, que, por sua vez, se tornam a base para discriminação, sendo frutos de preconceitos e de violência (ALVES, 2015).

Viver em união estável, pode deixar as mulheres mais vulneráveis, ou seja, viver junto implica, por vezes, em se prevenir menos, não apenas no uso do preservativo, mas por menor busca de informação sobre ISTs do que os solteiros. Ademais, a negociação do preservativo ainda é considerada um tabu nos relacionamentos (FONTES et al., 2017).

A baixa escolaridade representa um elemento importante para essas mulheres no que se refere a vulnerabilização à ISTs, uma vez que, pode haver dificuldades no acesso e na compreensão das informações e condutas de prevenção. De acordo com Souza (2012), o baixo nível de escolaridade é uma medida determinante das condições que permite melhor compreensão das informações em si tratando de programas preventivos e curativos, ou seja,

para a sua saúde, pois dificulta o acesso ao trabalho, melhoria de ganhos financeiros e de qualidade de vida.

O fator financeiro repercute na vida das mulheres, principalmente sobre as relações de poder. A baixa renda associada à dependência financeira potencializa a dificuldade da mulher em participar das decisões, sobretudo em negociar o uso do preservativo, tornando-as mais vulneráveis às ISTs, em especial nas comunidades rurais (PINTO, 2018; AMARO, 2005).

Sobre o comportamento sexual, 60% relataram ter a primeira relação sexual com idade média entre os 12 e 17 anos, 80% responderam que tiveram de um a quatro parceiros sexuais na vida. O início precoce da relação sexual deixa as pessoas mais vulneráveis às IST's, seja pela busca de novas experiências podendo levar a práticas sexuais de maior risco, ou pela maior dificuldade de negociação quanto ao uso do preservativo, o que caracteriza o sentimento de invulnerabilidade para os mais jovens, sendo mais susceptível a multiplicidade de parceiros, onde não costumam relacionar essas questões com problemas futuros, partindo de buscar aproveitar a vida, sem pensar nas consequências, inclusive sem o uso do preservativo (PINTO, 2018).

Com relação a conversar com o parceiro sobre o uso do preservativo, 90% afirmaram ter liberdade para falar sobre o assunto, e 20% afirmou usar preservativo em todas as relações. Isso pode estar atrelado as relações de poder que o homem exerce na relação, implicando no domínio do método e sendo a principal preocupação para as mulheres que necessitam demonstrar para os seus parceiros que são fieis (AMARO, 2005). Por vezes as mulheres não se sentem empoderadas para a cobrança do uso do preservativo pelo parceiro ou ela mesma ter a iniciativa do uso uma vez que situações como o machismo põe o homem como detentor do poder de decisão, negando à mulher o direito sobre o seu próprio corpo. De acordo com Hawk et al (2011), a incidência de violência contra a mulher está interligada com as ISTs, evidenciando que as mulheres são incapacitadas de negociar um sexo seguro e recusar as relações sexuais indesejadas.

Quanto ao uso de método contraceptivo, 45% das entrevistadas usam método hormonal. O uso de métodos contraceptivos é pouco valorizado, seja pela falta de informação sobre a sua importância, pela relação de domínio conjugal do companheiro, pela questão de não se sentir bem com o uso, porém, é necessário estratégias de intervenções para que possamos entender melhor essas demandas e buscar ações e práticas que mudem esses números afim de estabelecer uma promoção do cuidado voltado para essa temática. De acordo com Bastos et al (2009), em um estudo realizado em São Paulo, os resultados revelaram que prevenir a gravidez é a preocupação mais urgente e presente nas mulheres do que prevenir uma IST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se como tema de interesse por trazer discussões acerca das vulnerabilidades as ISTs, como enfrentamento no cenário rural, uma temática de extrema relevância e que proporciona a possibilidade de atender as questões dessas mulheres no que tange ao acesso à informação e as suas demandas aos serviços de saúde.

Vale ressaltar que os dados são preliminares e que não nos possibilita estabelecer ainda uma associação dos fatores sociodemográfico e de comportamento sexual e reprodutivo às ISTs, mas pode-se ter uma prévia dos possíveis elementos que contribuem para a vulnerabilização dessas mulheres às ISTs, destacando-se como principais fatores o acesso à informação e o pouco conhecimento sobre as infecções, sejam elas na forma de transmissão como na forma de prevenção e seus sinais de acometimentos.

É necessário estabelecer ações voltadas para levar informações sobre a temática, seja com rodas de conversas, sala de espera e educação em saúde, mas que sejam eficazes de acordo com as necessidades que essas mulheres trazem enquanto pôde-se observar nas entrevistas.

Palavras-chave: Mulheres rurais; Vulnerabilidade; Infecções Sexualmente Transmissíveis; Acesso a informação; Comportamento sexual.

REFERÊNCIAS

ALVES, M.V. **O Movimento da Mulher Negra Brasileira: Historia Tendência e Dilemas Contemporâneos.** Instituto de Mulher Negra, mar, 2015.

AMARO, S.T.A. A questão da mulher e a Aids: novos olhares e novas tecnologias de prevenção. **Rev. Saúde Soc.** São Paulo, v.14, n.2, p. 91.

BASTOS, S; BONFIM, J.F.A; KALCKMANN, S; FIGUEIREDO, S; FERNANDES, M.A.L. Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Procura da Contracepção de Emergência em Farmácias e Drogarias do Município de São Paulo. **Saúde Soc.** São Paulo, v.18, n.4, p.787-799, 2009.

BERTOLOZZI, M.R, et al. Os conceitos de vulnerabilidade e adesão na Saúde Coletiva. **Rev. Esc Enferm USP**, v.43, p. 1326-1330, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução n.º 466/12. **Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos.** Brasília, de 12 de dezembro de 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução n.º. 510/16. **Diretrizes éticas para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.** Brasília, de 07 de abril de 2016.

FONTES, M.B; CRIVELARO, R.C; SCARTEZINI, A.M; LIMA, D.D; GARCIA, A.A; FUJIOKA, R.T. Fatores determinantes de conhecimentos, atitudes e práticas em DST/Aids e hepatites virais, entre jovens de 18 a 29 anos, no Brasil. **Ciênc. saúde colet.** 22 (4) Abr 2017.

HAWK, J.L; WYNHOVEN, U; MILLS, L; GULA, L. **Os Princípios de Empoderamento das Mulheres – Igualdade Significa Negócios.** Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, segunda edição, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Série estudos e pesquisas, n.º 33. Rio de Janeiro, **IBGE**, 2012.

MARTINS, D.C; PESCE, G.B; SILVA, G.M; FERNANDES, C.A.M. Comportamento sexual e infecções sexualmente transmissíveis em mulheres de apenados. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.** Vol.26, Ribeirão Preto, 2018.

OLIVEIRA, F.A.S. **Doenças sexualmente transmissíveis em mulheres em idade fértil:** um estudo populacional. Ceará, 2004.

PINTO, V.M; BASSO, C.R; BARROS, C.R.S; GUITIERREZ, E.B. Fatores associados às infecções sexualmente transmissíveis: inquérito populacional no município de São Paulo, Brasil. **Ciênc. saúde colet.** 23 (7) Jul 2018.

SILVA, L.S.S; PAIVA, Mirian Santos. Vulnerabilidade ao HIV/Aids entre homens e mulheres com mais de 50 anos. In: **Anais do VII Congresso Virtual HIV/Aids**, Lisboa. 2006.

SOUSA, B.C; SANTOS, R.S; SANTANA, K.C; SOUZAS, R; LEITE, Á.J.M; MEDEIROS, D.S. Comportamento sexual e fatores associados em adolescentes da zona rural. **Rev Saude Publica.** 2018;52:39, 2016.

SOUZA, D.E. **Determinação social da saúde:** associação entre sexo, escolaridade e saúde auto referida. Salvador, 2012.

World Health Organization (WHO). Global Strategy for the Preventions and Control of Sexually Transmitted Infections: 2006-2015. Genebra: WHO; 2007.